desconto do INSS de 12,25 reais nem está sendo depositado no INSS. Esse dinheiro está desaparecendo.

A Secretaria não explica para onde que está indo o dinheiro dos professores da categoria "O". E depois tem Imposto de Renda e sobra, de bônus, 62 reais. Esse é o bônus do governador Tarcísio. É o bônus do Renato Feder, secretário da Educação, dono da Multilaser, Sr. Presidente.

Tem um outro exemplo lá em cima, de 98, é isso? Está meio apagado. Mas, olha, são vários os... deixa eu ver aqui... Não, lá em cima... O professor também que vai receber 34 reais e 15 centavos. É um professor efetivo, tem Iamspe. Ele paga o Iamspe e tem o desconto do Iamspe ainda. Olhe, um absurdo. Tem Imposto de Renda...

Esse último aqui embaixo também, que é um professor da categoria "O", vai receber 26 reais e 80 centavos. E assim vai. Eu tenho vários holerites aqui, mostrando esses valores absurdos. Tem um outro professor aqui que vai receber 177 reais; tem desconto do Iamspe, desconto do Imposto de Renda. São vários. São centenas de holerites chegando ao nosso gabinete. Então, eu quero dizer que isso é uma farsa total.

Sem contar que me parece que a Secretaria da Educação está instrumentalizando o bônus para pressionar os professores concursados, efetivos - que não aderiram à farsa também da nova carreira -, a aderirem.

Porque esses professores foram os mais prejudicados na bonificação. Muitos professores da categoria "O" receberam... Alguns deles receberam o valor correto. Mas, na mesma escola, que teve o mesmo desempenho, esses professores não receberam o mesmo valor.

Então há uma denúncia gravíssima na rede, dos professores efetivos que não aderiram à nova carreira, deixar isso bem claro - que é uma farsa também... Porque o professor que adere à nova carreira, Sr. Presidente, ele praticamente perde o quinquênio, a sexta-parte, a licença-prêmio; ele perde a evolução por tempo de serviço.

Mas, o que eu quero destacar é isso, Sr. Presidente: são várias irregularidades, vários erros, pagamentos que afrontam a dignidade humana dos profissionais da Educação, da rede estadual de ensino. A Secretaria tem que fazer uma revisão urgente. Eles estão descontando falta de TRE, licença médica, licença-maternidade... Daí é isso que o professor está recebendo.

Então, nós exigimos a revisão imediata desse pagamento do bônus; que se faça justiça com os professores. Porque o governo fez propaganda dizendo que pagaria 450 milhões de bonificação por resultado, mas o que está caindo na conta dos professores é exatamente isso que eu falei. São centenas de denúncias chegando. Nós não estamos dando nem conta, de tantas que são essas denúncias.

Então, Sr. Presidente, daqui da tribuna nós exigimos que o governo tome providências e faça a revisão imediata, porque isso é uma vergonha, é uma farsa. É a farsa da bonificação de resultado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, acho que... Não sei se o deputado Suplicy vai falar ainda.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Sim, se o Suplicy vai falar, antes de chamar o próximo orador, eu quero anunciar a presença dos alunos, alunas e professores da EMEF Escola Municipal de Ensino Fundamental Gianfrancesco Guarnieri, que fica lá no Jardim Antonieta, do lado do Parque Maria Helena.

Eles conhecem... Eu também sou de lá, viu? Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Dizer também do Gianfrancesco Guarnieri, que foi um grande ator e também secretário municipal de Cultura na gestão Mário Covas.

Eu chamo o próximo orador, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Reis, também quero saudar os estudantes e professores da Escola Municipal Gianfrancesco Guarnieri.

E conforme o presidente, deputado Reis, ressaltou, Guarnieri foi um extraordinário dramaturgo, ator, diretor de teatro, criador do Teatro de Arena. E eu, na minha adolescência e, também, como estudante, quando diretor cultural, depois presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, eu muitas vezes organizava que nós pudéssemos assistir a peças, por exemplo, no Teatro de Arena, no Teatro Oficina, no Teatro Brasileiro de Comédia, Nydia Licia e outros.

Então, nós comprávamos o espetáculo para que pudessem todos os estudantes assistir com 50% do preço e lotávamos o teatro. Aí, ao final da peça, acostumávamos a realizar um debate entre os diretores, os artistas, os nossos professores e nós, estudantes.

Eu quero lhes dizer que foi uma das formas muito importantes da minha própria formação pessoal. Então, como a escola de vocês honra o nome deste extraordinário dramaturgo, é importante que venhamos aqui dar as boas-vindas a vocês.

Gostaria aqui de trazer mais duas informações importantes sobre o que ocorre em São Paulo. A Justiça determinou que a Prefeitura de São Paulo atualize dados da população em situação de rua, que deve ser feito todo na plataforma "Cadastro Único". A liminar atende a uma ação movida pelo Ministério Público, que aponta, desde o ano passado, falta de atualização nos dados e prejuízo da população mais vulnerável.

Então, essa atualização é de responsabilidade da gestão municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A decisão estabelece que sejam tomadas em 30 dias medidas urgentes e eficientes para garantir tanto a inclusão de mais famílias, quanto a atualização das que já estão cadastradas. Foi estabelecido 20 mil de multa em caso de descumprimento.

O coordenador do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, André Luiz Dias, afirma que essa é uma decisão histórica.

Não temos dúvida alguma de que é reflexo daquela decisão do ministro Alexandre de Moraes, que determinou que governos federais, estaduais e municipais, além de outras instituições, organizem-se para cumprir a Constituição Federal com a população em situação de rua. Trata -se, portanto, de decisão inédita.

Segundo o Ministério Público de São Paulo, entre 2018 e 2021, apenas 52% dos cadastros foram atualizados. Hoje a taxa é de 67%, e ainda assim o índice está abaixo da média nacional, que é de 82,8 por cento.

O Ministério Público de São Paulo também pede que o município apresente em até seis meses um estudo que mostre quais as regiões da cidade têm maior necessidade de atualização cadastral.

Um levantamento feito pelo programa "Polos da Cidadania", da Universidade Federal de Minas Gerais, mostrou que a capital paulista tem em caixa cerca de 12 milhões para serem investidos na atualização do cadastro único.

O levantamento do "Polos da Cidadania" também mostra que em agosto de 2023 a cidade de São Paulo tinha 56.288 pessoas em situação de rua, o que representa cerca de 25% do total de pessoas que vivem nas ruas no Brasil. Em todo o estado de São Paulo, são 93.763 pessoas em situação de rua.

Eu gostaria de dizer ao professor e aos estudantes da Escola Gianfrancesco Guarnieri que daqui a pouco, se vocês quiserem me fazer uma visita no meu gabinete, aqui no andar M, quando vocês subirem lá em cima, precisa descer dois andares, no andar M, lá no corredor.

A sala é seis e sete, é o meu gabinete, e eu terei o maior prazer de dialogar com vocês e de responder a perguntas que tenham sobre o que faz um deputado estadual, um representante do povo.

Nós aqui temos a função de legislar, de representar o povo, de fiscalizar o Poder Executivo, mas se quiserem saber mais a respeito, com prazer. Acho que o Reis também gostaria de dialogar com vocês. Queria só assinalar ainda mais que saiu o resultado da designação do Prêmio Nobel da Paz, que vai para Narges Mohammadi, uma iraniana presa por lutar pelos direitos das mulheres.

No Prêmio Nobel da Paz de 2023, a vencedora ganhou o prêmio pela sua luta pelos direitos das mulheres do Irã, contra a sistemática discriminação e opressão do regime iraniano. Ela já foi presa 13 vezes no Irã, condenada a 31 anos de prisão por conta de seu ativismo, mas mesmo da prisão, ela conseguiu continuar a sua luta pelos direitos das mulheres no país persa.

Foi uma das lideranças da onda de protesto no ano passado, no Irã, após a morte de Masha Amini, uma jovem de 22 anos morta por ser detida pela polícia iraniana inteira, sob acusação de não usar o hijab, aquele véu que cobre os cabelos de maneira adequada.

Muito obrigado, presidente Reis.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Se houver acordo das lideranças, peço que possa ser levantada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Tenham todos uma excelente tarde.

* * *

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 33 minutos.

* * *

9 DE OUTUBRO DE 2023
117ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: MAJOR MECCA e CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Apela às autoridades competentes para o envio do PLC referente à APD (Atividade Pedagógica Diversificada).
6 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - RAFAEL SARAIVA
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
9 - SOLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Solidariza-se com o povo de Israel e tece comentários acerca de terrorismo ao redor do mundo.
13 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Cumprimenta o deputado Contes Lopes, assim como os policiais pelo seu trabalho.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
16 - CONTE LOPES
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
17 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Cumprimenta o deputado Conte Lopes pelo seu pronunciamento.
18 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - GIL DINIZ
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
20 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Tece comentários acerca da dignidade da polícia e do povo. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 10/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Major Mecca.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Boa tarde a todos. Hoje, segunda-feira, dia nove de outubro. Abertura da sessão ordinária. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciando a relação dos oradores inscritos no Pequeno Expediente de hoje, chamamos o primeiro deputado, deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para o uso da tribuna.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente deputado Mecca, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, venho à tribuna no dia de hoje para exigir que a Secretaria da Educação publique imediatamente o concurso de remoção dos profissionais da Educação.

Nós já estamos no mês de outubro praticamente, Sr. Presidente, e, até agora, não houve abertura do concurso de remoção para os profissionais de Educação, da Secretaria da Educação. Refiro-me aos agentes de organização escolar, a todos os servidos do QAE, do QSE, ao Magistério estadual e, também, aos gestores, aos diretores e aos supervisores de ensino, Sr. Presidente.

A remoção é um direito dos servidores. Historicamente, sempre houve a remoção anual dos servidores. No entanto, nós já estamos indo para o encerramento do ano e nada aconteceu, a Secretaria continua inerte, não publicou o concurso de remoção.

Isso vem prejudicando imensamente milhares e milhares de servidores públicos da Educação em todo o nosso estado, que precisam fazer a remoção para estarem mais próximos das suas casas, das suas residências e das suas cidades.

Nós temos pessoas ainda trabalhando em regiões distantes, porque quando elas foram aprovadas em concurso público e assumiram as suas aulas, as suas escolas, as suas diretorias de ensino, elas...

Naquele momento, só existia vaga em determinada região, então ela foi obrigada a estar naquela região, mas ela precisa da remoção, que é um dispositivo importante, eu acho que extremamente democrático, no sentido de aproximar; é um instrumento importante, que o servidor tem, de fazer aproximação do trabalho e a sua residência. Isso é bom não só para ele, mas para todos nós: é bom para a escola, bom para o trânsito, diminui o trânsito, ele fica mais perto da sua casa, muitos servidores podem ir até a pé. Ou pelo menos na mesma cidade, Sr. Presidente.

Então, eu não sei por que não foi aberto ainda esse concurso de remoção, que, eu repito, é um direito, é uma conquista histórica dos profissionais da Educação aqui no estado de São Paulo.

Então, fica aqui a nossa exigência, o nosso apelo para que a secretaria, em caráter de extrema urgência, faça a publicação do concurso de remoção para todos os profissionais da Educação, para todos os segmentos, Sr. Presidente. Nenhum segmento deve ficar de fora.

Também quero, Sr. Presidente, aqui da tribuna, fazer uma gravíssima denúncia, que eu já tenho feito exaustivamente, mas volto à tribuna para denunciar a farsa da autoritária avaliação 360 - das escolas do Programa de Ensino Integral, a famosa escola PEI -, que é um instrumento de perseguição, de assédio, de constrangimento e de demissão, Sr. Presidente, de profissionais da Educação.

Esse instrumento tem sido utilizado de uma forma perversa e prejudicado não só professores, mas inclusive gestores também, que são vítimas desse modelo de avaliação.

Aliás, nós defendemos uma reformulação do programa PEI, porque é um programa extremamente autoritário e excludente. Lembrando que nós não somos contra a escola de tempo integral; nós defendemos, logicamente.

Mas o modelo implantado no estado de São Paulo pelo PSDB tem outros objetivos, que não são oferecer de fato nem a educação de tempo integral e nem a educação integral, na verdade. É uma verdadeira distorção.

Então, nós temos que mudar a forma de contratação, porque os professores ficam reféns dessa avaliação 360, até mesmo as diretoras e diretores, Sr. Presidente. Isso tem que acabar imediatamente, porque, repito, esse modelo de avaliação 360 das escolas do Programa de Ensino Integral, hoje, está representando um verdadeiro assédio, um verdadeiro processo de perseguição aos professores, que não têm lotação nessas respectivas escolas.

Então, ele fica muito vulnerável, sobretudo os professores categoria "O", que são privados de direitos básicos e essenciais, trabalhistas e previdenciários - olha só a situação do INSS.

O dinheiro descontado nos holerites dos professores categoria "O", que deveriam ser encaminhados, transferidos ao INSS - esse dinheiro não chegou lá, Sr. Presidente. Nós já denunciamos, acionamos a Receita Federal, o Ministério Público Estadual.

Mas é isso: o que nós queremos, Sr. Presidente, é o fim desse modelo de avaliação 360, um modelo autoritário que tem como meta, na verdade, muito mais perseguir e implantar um terrorismo psicológico nas nossas escolas, sobretudo para os profissionais da Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Dando sequência aos oradores inscritos, deputado Reis. Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para o uso da tribuna.

O SR. REIS - PT - Quero cumprimentar o presidente, deputado Major Mecca, os deputados Carlos Giannazi, Suplicy, Rafael Saraiva, cumprimentar o público presente, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal. Também todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Mecca, publicou-se hoje um projeto de lei de minha autoria que institui o Dia do Veto.

O Dia do Veto é para que os Srs. Parlamentares, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas possam fazer a reflexão de toda a sua produção legislativa, do trabalho, das dificuldades que tem para se aprovar um projeto aqui.

Como é o caso do deputado Rafael Saraiva, que fez várias incursões ao Palácio dos Bandeirantes, dialogando com os secretários, com o governo, com o próprio governador para ter sanção ao seu projeto e teve veto. E o governo manda uma matéria semelhante para ter o bônus, não assumir e não dar o resultado ao parlamentar, o resultado positivo da propositura do deputado Rafael Saraiva.

Assim é com vários projetos nesta Casa. Eu estou levantando os vetos e eu vejo que o veto, a forma de veto é um "Ctrl+C e Ctrl+V", um copia e cola, né? Eu vou trazer aqui, Sr. Presidente, muito em breve, todos os projetos que foram apresentados neste ano e que foram vetados. Por isso, esse projeto que se publicou hoje, que é o PL nº 1476, que institui o Dia do Veto é para que haja reflexão e para que se busque nesta Casa, junto com o governo, formas para que as propositurас dos Srs. Parlamentares possam ter sanção e não só veto, veto, nós não podemos ter um "vetador geral do estado".

Eu quero repercutir também, Sr. Presidente, que fui incitado por funcionários, por policiais civis, sobre a lei que foi aprovada nesta Casa, a Lei nº 17.293, de 2020, e o artigo, tem o Art. 58 e o Art. 59, que tratam da possibilidade da autorização para o estado contratar policiais que se aposentaram para prestar serviços administrativos nas repartições policiais. Isso foi um pedido que eu fiz a Procuradoria Geral do Estado, a PGE, e ao secretário Derrite e ele me mandou o parecer...

O parecer disse que é inconstitucional a contratação, o reingresso de funcionários públicos que se aposentam por conta do regime próprio, Art. 40 e o parágrafo 10 do Art. 37 da Constituição Federal, que não permitem o reingresso. Ou seja, não seria possível, no caso, que o servidor, depois de aposentado pelo regime próprio de previdência, pelo regime do servidor público, reingressasse na condição de aposentado, para trabalhar novamente nas repartições policiais.

Então, essa lei foi aprovada aqui na gestão do João Agripino Doria. Lá no Art. 59 diz: "O integrante da Polícia Civil aposentado voluntariamente poderá ser designado para exercer especificamente funções administrativas, técnicas ou especializadas nas organizações policiais civis, enquanto não atingir a idade limite de aposentadoria compulsória".

O texto foi muito bem feito, foi muito bem elaborado nesta Casa, e ele quis dar uma resposta para aquele policial que se aposenta, de que o estado poderia recontratá-lo.

Isso também é objeto de vários projetos que tramitam nesta Casa, inclusive com referência à segurança escolar. Que os policiais aposentados pudessem ser contratados para fazer segurança nas escolas.

Então, por conta desse dispositivo e desse parecer da Procuradoria Geral do Estado, que demonstra bem isso, não é possível, não é possível. Eu estou dando a resposta para as pessoas que questionaram se existia a lei.

Realmente existia a lei, mas a PGE disse que esse artigo, que trata de contratação de servidores, de reingresso de servidores - sejam eles servidores civis ou militares - não teria base por conta de dispositivo constitucional, dispositivo estabelecido na Constituição Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Dando sequência aos oradores inscritos, deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy, tem V. Exa. cinco minutos regimentais.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - (Fala fora do microfone.) ...presépio que Yassef Arafat me deu quando visitei Israel e a Palestina por três dias.

Na ocasião, fui levar uma carta do presidente Luís Inácio Lula da Silva tanto ao primeiro ministro de Israel, quanto a Yassef Arafat, líder da Palestina. Caro Giannazi, foi um momento muito especial. Estavam antes ambos os países, como agora, em momento de tensão.

Mas eu acho perfeitamente possível que nós, homens e mulheres, seres humanos, por mais terrível que tenha sido essa operação de guerra, a vida desde sábado para domingo ali na Faixa de Gaza, na Palestina, e também em Israel, em virtude, óbvio, de reações de ambos os lados...

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

Mas parece que já há mais de 1.300 ou 1.700 mortes. Mortes de crianças, de pessoas totalmente inocentes de qualquer ação ao longo de suas vidas que pudessem agora ser objeto de violência como a que está acontecendo.

E eu quero aqui... trago este presépio de Arafat com a imagem do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, junto à Nossa Senhora e São José, para que possamos todos pensar: "Sim, a paz é possível".

Possível, inclusive como tem a cada dia insistido o querido Papa Francisco. E ele também tem dito aos chefes de Estado sobre colocar em prática aqueles instrumentos de política econômica e social, para que venham a elevar o grau de justiça e para que então possa haver a paz dentro de cada país e entre os países.

Portanto, eu que sempre me dei muito bem tanto com o povo israelita, as pessoas da hebraica, mas também com meus amigos de origem árabe, de origem palestina, libanesa... (Inaudível.)

Aqui em São Paulo, em especial, nós temos tantos exemplos da boa convivência, entre árabes e judeus, ali no Hospital Albert Einstein.

São médicos, tanto de origem israelense quanto árabe, palestina. Ou ali no Hospital Sírio-Libanês, em que também médicos, por vezes de origem hebraica, ali cooperam, inclusive para suas pesquisas e avanços médicos, avanço da Saúde.

Então, hoje eu quero fazer esse apelo pela paz, a todos os israelenses, a todos os palestinos. Vamos construir um mundo em que possamos ter efetiva paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Suplicy. Com a palavra, deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.)

Entrando agora na lista complementar, com a palavra, o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Major Mecca, que fará uso regimental da tribuna.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, eu gostaria de fazer um novo apelo, ao secretário da Educação e ao governador, para que haja o encaminhamento, em caráter de extrema urgência, do PLC, projeto de lei complementar, que trata da questão das APDs, da falta-aula, e também da questão da atribuição de aulas do ano que vem.

O governo se comprometeu, já há muito tempo, em apresentar o PLC. E até agora o projeto não chegou à Assembleia Legislativa. Nós temos que flexibilizar a realização das APDs, atividades pedagógicas diversificadas.

Hoje é dia 9 de outubro, às 14 horas e 22 minutos. E até agora, até hoje, o projeto não foi ainda protocolado aqui na Assembleia Legislativa.

Com a palavra, o deputado Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Carlos Giannazi. Uma boa tarde a todos que nos acompanham pela TV Alesp. A meus irmãos, policiais militares, civis, que se encontram aqui neste plenário, zelando pelo tranquilo trabalho que desenvolvemos nesta Casa, em prol do nosso povo.

Nós acompanhamos, ao longo do final de semana, desde o último sábado, dia 7 de outubro, as ofensivas e o terrorismo imposto por um grupo de terroristas à nação de Israel. Eu chamo a atenção, de todos os deputados e das deputadas desta Casa, que não vivemos situação diferente no Brasil, em relação ao terrorismo criminal, ao avanço e ao crescimento das facções criminosas no Brasil.

Uma das principais facções nasceu e evoluiu aqui no estado de São Paulo, por omissão do Governo do Estado. Nós testemunhamos, a semana passada, três médicos, que serviam o povo paulista, aqui no Hospital das Clínicas, e foram executados por criminosos integrantes de uma facção criminosa do Rio de Janeiro.

Ou seja, diariamente, o nosso povo é exterminado nas mãos de criminosos. Resultado de ausência de políticas públicas de Segurança, políticas eficientes. Digo isso porque é lastimável nós acompanharmos e ouvir o ministro da Justiça e Segurança Pública, o senhor Flávio Dino, atribuir a política aos decretos que permitiram o armamento de pessoas honestas no País. Querer atribuir aos CACs a responsabilidade do terrorismo criminal no Brasil.

Essa fala demonstra a ausência de envergadura técnica, para que esse senhor ocupe o importante posto de ministro da Justiça e Segurança Pública.

Desconhece os reais motivos pelo qual o crime organizado tanto evoluiu e cresceu nesse País: traficando drogas, traficando armamento, pessoas e órgãos. Não conhece a ação de facção criminosa importante no norte do País, onde utiliza vias como Rio Negro, Rio Japurá, Rio Içá, que permitem que drogas e armamentos sejam trazidos da Colômbia, da Venezuela e de outros pontos para abastecer os criminosos aqui no nosso País. As fronteiras secas que não são fiscalizadas pelas forças de segurança federal e permitem que a cocaína esteja nas ruas sendo oferecida aos nossos jovens.

Ora, ministro Flávio Dino, que o senhor procure com a sua equipe conhecer os reais motivos da evolução do crime organizado no Brasil e o sofrimento que atravessa a nossa população.

Para que o senhor possa talvez, quem sabe, com a sua equipe, buscar estrutura de inteligência policial para que todas as polícias do estado e forças de segurança, inclusive municipais, possam participar de medidas que tragam o mínimo de paz ao nosso povo tão sofrido na criminalidade.

Digo isso porque as políticas trazidas pelos partidos de esquerda, PT, PSOL, sempre foram no sentido de descontruir as forças de Segurança Pública e deixar o nosso povo subjugado pelo crime.

Quando nós demonstramos estranheza de o senhor entrar sozinho numa área dominada pelo crime, é porque nós, policiais, sabemos que não há condições de um cidadão comum, de um trabalhador, um cidadão de bem entrar numa área dessa se não for com autorização do crime organizado, porque quando o faz, morre.

Nós estranhamos sim a facilidade com que os partidos de esquerda transitam em áreas de alto risco controladas pelo crime organizado. Pauta que deve ser discutida nesta Casa, principalmente no Congresso Nacional, pelos deputados federais e pelos senadores, onde legislações penais, processuais penais não são discutidas para que penas mais rígidas, para que as leis de execuções penais acabem com benefícios dentro de cadeias e alimentem essa cadeia do crime organizado que está acabando com a paz no nosso País e com a ordem social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Ainda na Lista Suplementar, com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rafael Saraiva, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Na data de hoje, foi publicado no Diário Oficial o veto total do projeto de minha autoria, o Projeto nº 523, de 2023, e encaminhado pelo Sr. Governador o projeto de autoria do executivo, o Projeto nº 1477, de 2023.

Com muita tristeza, eu lamento o veto do governador, mas preciso prestar esse esclarecimento a todo o meu eleitorado,